

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| PREFÁCIO..... | 11 |
| A ESTRUTURAÇÃO DO LIVRO | 13 |
| ÍNDICE CRONOLÓGICO REMISSIVO | 14 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO | 14 |
| APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO..... | 15 |

– PARTE I –

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

| | |
|--|-----------|
| LICITAÇÕES..... | 19 |
| 1. Adequação e revisões do projeto básico e executivo | 19 |
| 2. Adjudicação por item e não por preço global nas licitações com objeto divisível | 25 |
| 3. Comprovação da condição de fornecedor exclusivo | 30 |
| 4. Contratação de serviços de supervisão de obra | 34 |
| 5. Critério de aceitabilidade dos preços nas contratações de obras e serviços de engenharia | 36 |
| 6. Definição precisa do objeto da licitação | 40 |
| 7. Dispensa de licitação do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 | 43 |
| 8. Dispensa de licitação do art. 24, XXIII, da Lei nº 8.666/93..... | 47 |
| 9. Elaboração de projeto de engenharia e arquitetura | 52 |
| 10. Exequibilidade das propostas de preços (Art. 48, II, § 1º, da Lei nº 8.666/93)..... | 54 |
| 11. Inexigibilidade de licitação em serviços técnicos especializados (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93)..... | 57 |
| 12. Licitações na Administração Indireta | 64 |
| 13. Número mínimo de propostas na modalidade convite | 69 |
| 14. Qualificação técnica: capacidade técnico-operacional | 72 |
| 15. Uso de pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia | 78 |
| 16. Modelagem para contratação de serviços de tecnologia de informação | 82 |
| 17. Indicação de marcas e padronização | 85 |
| 18. Imposição de custos desnecessários e anteriores à contratação | 89 |
| 19. Exigência de cadastramento no SICAF para fins de habilitação | 93 |
| 20. Cumulatividade entre capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo e apresentação de garantias para fins de qualificação econômico-financeira..... | 98 |
| 21. Comprovação da regularidade fiscal | 102 |
| 22. Participação de cooperativas em licitação | 105 |

CAPÍTULO II

| | |
|--|------------|
| CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 113 |
| 1. Cláusula de multa ou indenização para a | |

| | |
|--|-----|
| Administração em caso de rescisão contratual..... | 113 |
| 2. Limite de vigência dos contratos administrativos..... | 115 |
| 3. Regularidade de representação na celebração do contrato administrativo..... | 117 |

CAPÍTULO III

| | |
|--|------------|
| OUTROS TEMAS | 119 |
| 1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)..... | 119 |
| 2. BDI para equipamentos e materiais de natureza específica | 122 |
| 3. Composição de custos: vedação à inclusão de tributos diretos (IRPJ e CSLL)..... | 126 |
| 4. Detalhamento de custos, encargos sociais e BDI..... | 130 |

CAPÍTULO IV

| | |
|---|------------|
| SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS | 133 |
| 1. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul | 133 |
| 2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná..... | 133 |
| 3. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo..... | 133 |
| 4. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro..... | 135 |
| 5. Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará | 136 |
| 6. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba..... | 136 |
| 7. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte..... | 136 |
| 8. Tribunal de Contas do Estado do Pará | 137 |
| 9. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas..... | 137 |
| 10. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso..... | 137 |
| 11. Tribunal de Contas do Distrito Federal | 138 |
| 12. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul..... | 140 |
| 13. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais | 141 |
| 14. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco..... | 144 |

– PARTE II –**AGENTES PÚBLICOS****CAPÍTULO I**

| | |
|--|------------|
| APOSENTADORIAS E PENSÕES..... | 147 |
| 1. Aposentadoria das Leis Complementares nº 29/76 e nº 36/79..... | 147 |
| 2. Aposentadoria do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711/1952)..... | 148 |
| 3. Aposentadoria dos servidores cedidos à RFFSA..... | 156 |
| 4. Aposentadoria especial dos titulares de ofícios de justiça | 156 |
| 5. Aposentadoria militar | 157 |
| 6. Aposentadoria por doença especificada em lei e nova inspeção médica | 158 |
| 7. Cálculo da pensão da Lei nº 3.373/58, a partir de 1.1.1991 | 161 |
| 8. Cumprimento do teto para aposentadoria (CF/1969)..... | 162 |
| 9. Direito adquirido e aposentadoria | 162 |
| 10. Montepio civil | 163 |
| 12. Pensão de ex-combatente funcionário civil..... | 174 |
| 13. Pensão especial: dependência econômica e economia própria | 176 |
| 14. Pensão Militar..... | 178 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 15. Salário-base para cálculo de pensão de magistrado | 184 |
| 16. Servidor do antigo Distrito Federal: pensão e aposentadoria..... | 185 |
| 17. Servidores públicos federais aposentados com fundamento na prestação de serviço em zona de guerra | 188 |
| 18. Parcelas passíveis de proporcionalização na aposentadoria proporcional | 189 |
| 19. Contagem de tempo de atividade rural..... | 194 |
| 20. Laudo pericial e invalidez preexistente ao óbito para fins de pensão | 198 |
| 21. Requisitos para a aposentadoria por invalidez | 201 |
| 22. Cumulatividade da GADF (Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função) na aposentadoria | 205 |
| 23. Concessão de pensão e <i>tempus regit actum</i> | 209 |

CAPÍTULO II

REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

| | |
|--|-----|
| (INDENIZAÇÕES, GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS)..... | 213 |
| 1. Anuênios..... | 213 |
| 2. Equiparação ou vinculação de cargos para efeito de remuneração | 215 |
| 3. Gratificação de atividade e de produtividade do Decreto-lei nº 1.445/76..... | 216 |
| 4. Gratificação do art. 12 do Decreto-lei nº 113/1967 | 218 |
| 5. “Quintos”..... | 220 |
| 6. Remuneração de empregados e dirigentes de estatais..... | 225 |
| 7. Remuneração de magistrados..... | 232 |
| 8. Transformação para o regime jurídico único da Lei nº 8.112/90 | 233 |
| 9. Verificação de limites de remuneração de pessoal | 237 |
| 10. Contagem de tempo utilizado como fundamento para concessão de vantagem bienal e adicional de tempo de serviço | 240 |
| 11. Vantagens incompatíveis com novo regime remuneratório | 242 |
| 12. Pagamento de parcelas concedidas por decisão judicial | 245 |

CAPÍTULO III

| | |
|--|-----|
| CONCURSO PÚBLICO | 251 |
| 1. Obrigatoriedade de concurso público na Administração Indireta | 251 |
| 2. Taxas de inscrição em concursos públicos | 254 |
| 3. Admissão de pessoal nos Conselhos de Fiscalização Profissional..... | 258 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--|-----|
| OUTROS TEMAS | 265 |
| 1. Acumulação de cargos..... | 265 |
| 2. Aluguel de imóvel para servidor | 269 |
| 3. Aluno monitor, estagiário e residente médico..... | 270 |
| 4. Aquisição ou revenda de veículos a servidores..... | 274 |
| 5. Classificação dos cargos de Ministro | 275 |
| 6. Contagem de tempo de serviço | 277 |
| 7. Juiz classista | 298 |
| 8. Liberação de servidores do TCU..... | 302 |
| 9. Readaptação das Leis nº 3.780/60 e 4.242/63 | 303 |
| 10. Reclassificação de cargos | 305 |
| 11. Regime jurídico de policiais e bombeiros militares | 308 |

| | |
|---|-----|
| 12. Relações familiares..... | 308 |
| 13. Servidor do antigo Distrito Federal: alteração de vínculo..... | 310 |
| 14. Servidores anistiados..... | 312 |
| 15. Terceirização de cargos existentes nos quadros da Administração | 314 |

CAPÍTULO V

| | |
|---|------------|
| SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS | 319 |
| 1. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul | 319 |
| 2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná..... | 320 |
| 3. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo..... | 321 |
| 4. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro..... | 322 |
| 5. Tribunal de Contas do Estado da Bahia | 322 |
| 6. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco..... | 323 |
| 7. Tribunal de Contas do Estado do Piauí | 323 |
| 8. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte..... | 324 |
| 9. Tribunal de Contas do Estado do Pará | 324 |
| 10. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas..... | 325 |
| 11. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia | 327 |
| 12. Tribunal de Contas do Distrito Federal | 327 |
| 13. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul..... | 329 |
| 14. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais | 331 |

– PARTE III –**JURISDIÇÃO E PROCESSO NO TCU****CAPÍTULO I****ENTIDADES E AGENTES SUJEITOS**

| | |
|---|------------|
| À JURISDIÇÃO DO TCU | 337 |
| 1. Entidades sujeitas ao controle do TCU | 337 |
| 2. Sujeição de agentes com ou sem vínculo com a administração ao TCU e ao dever de prestar contas (tomada de contas especial)..... | 348 |

CAPÍTULO II

| | |
|--|------------|
| PROCESSO NO TCU..... | 359 |
| 1. Abrangência das prestações e tomadas de contas | 359 |
| 2. Análise conjunta de tomadas de contas | 360 |
| 3. Aplicação subsidiária do CPC aos processos no TCU | 362 |
| 4. Atualização de débitos imputados pelo TCU | 365 |
| 5. Certificado de Auditoria | 368 |
| 6. Consultas formuladas ao TCU..... | 369 |
| 7. Contas do Chefe do Executivo e demais administradores | 373 |
| 8. Contas dos ordenadores das despesas, administradores de entidades e demais responsáveis por bens e dinheiros públicos..... | 375 |
| 9. Contas iliquidáveis | 376 |
| 10. Débitos decorrentes de relação trabalhista e tomada de contas..... | 379 |
| 11. Desarquivamento de processos de tomada ou prestação de contas..... | 382 |
| 12. Exclusão da responsabilidade do ordenador de despesas..... | 384 |
| 13. Execução das decisões do TCU..... | 385 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 14. Inspeções <i>in loco</i> | 392 |
| 15. Multas cominadas pelo TCU | 392 |
| 16. Parcelamento de débitos | 400 |
| 17. Princípio da ampla defesa | 402 |
| 18. Processo administrativo interno e tomada de contas especial | 408 |
| 19. Racionalização administrativa: arquivamento de processos com débitos inferiores aos limites legais | 411 |
| 20. Recolhimento parcial do débito por um dos devedores solidários | 415 |
| 21. Responsabilidade do gestor sucessor | 416 |

CAPÍTULO III

REGISTRO DE APOSENTADORIA,

| | |
|--|------------|
| REFORMA E PENSÃO | 423 |
| 1. Apreciação da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão | 423 |
| 2. Exame da legalidade da concessão de aposentadoria, reforma ou pensão (EC n° 7/77) | 434 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--|------------|
| OUTROS TEMAS | 437 |
| 1. Código de Contabilidade da União | 437 |
| 2. Controle prévio de acordos, convênios e contratos | 438 |
| 3. Débito proveniente de alcance | 440 |
| 4. Escopo diferenciado da fiscalização exercida pelo Banco Central do Brasil | 441 |
| 5. Extensão de efeitos de decisão judicial em mandado de segurança | 442 |
| 6. Fundos de Participação | 444 |
| 7. Irregularidades alheias à competência do TCU | 453 |
| 8. Modificação de jurisprudência | 455 |
| 9. Multas moratórias entre entes públicos | 456 |
| 10. Normas gerais de licitação | 459 |
| 11. Programa de privatização e desestatização | 462 |
| 12. Restituição ao erário de importâncias recebidas de boa-fé | 465 |
| 13. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento movidas pelo Estado | 469 |

CAPÍTULO V

| | |
|--|------------|
| SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS | 475 |
| 1. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul | 475 |
| 2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná | 475 |
| 3. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo | 476 |
| 4. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro | 477 |
| 5. Tribunal de Contas do Estado da Bahia | 477 |
| 6. Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará | 477 |
| 7. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco | 477 |
| 8. Tribunal de Contas do Estado do Piauí | 478 |
| 9. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte | 479 |
| 10. Tribunal de Contas do Estado do Pará | 480 |
| 11. Tribunal de Contas do Estado de Roraima | 480 |
| 12. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia | 480 |

| | |
|---|------------|
| 13. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso | 480 |
| 14. Tribunal de Contas do Distrito Federal | 480 |
| 15. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul..... | 481 |
| 16. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais | 485 |
| ÍNDICE CRONOLÓGICO REMISSIVO | 489 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO | 519 |
| REFERÊNCIAS..... | 525 |